

CALDAS

COM INICIATIVA

AUTÁRQUICAS
2025

PROGRAMA ELEITORAL

Câmara Municipal

 **iniciativa
liberal**

ÍNDICE

1. AUTARQUIA EFICIENTE, TRANSPARENTE E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	4
1.1. Em resumo.....	6
2. SEGURANÇA E PROXIMIDADE.....	7
2.1. Em resumo.....	8
3. HABITAÇÃO ACESSÍVEL E URBANISMO INOVADOR.....	9
3.1. Em resumo.....	11
4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICA EDUCATIVA.....	12
4.1. Em resumo.....	14
5. SAÚDE E BEM-ESTAR.....	15
5.1. Em resumo.....	17
6. JUVENTUDE: FIXAR TALENTO E CRIAR FUTURO.....	18
6.1. Em resumo.....	20
7. CULTURA: IDENTIDADE, INOVAÇÃO E ENVOLVIMENTO.....	21
7.1. Em resumo.....	23
8. AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL.....	24
8.1. Em resumo.....	26
9. IMIGRAÇÃO: INTEGRAÇÃO RESPONSÁVEL E COMBATE À ILEGALIDADE	27
9.1. Em resumo.....	29
10. TURISMO: ATRATIVIDADE E DINAMISMO ECONÓMICO.....	30
10.1. Em resumo.....	33
11. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: CLAREZA E PROXIMIDADE.....	34

11.1. Em resumo.....	36
12. DESPORTO: SAÚDE, IDENTIDADE E FUTURO	37
12.1. Em resumo.....	39
13. ECONOMIA E EMPREGO LOCAL.....	40
13.1. Em resumo.....	42
14. MOBILIDADE E TRANSPORTES	43
14.1. Em resumo.....	45
15. AÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO.....	46
15.1. Em resumo.....	48

1. AUTARQUIA EFICIENTE, TRANSPARENTE E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Câmara Municipal das Caldas da Rainha deve ser a casa dos cidadãos e não um prolongamento dos partidos.

Durante demasiado tempo, a política autárquica transformou-se numa máquina pesada, burocrática e opaca, onde cargos foram distribuídos por conveniência partidária e não por necessidade ou mérito. O resultado está à vista: serviços lentos, respostas tardias, processos complicados e um afastamento progressivo entre os munícipes e a sua própria autarquia.

Uma cidade moderna exige uma gestão moderna. E uma gestão moderna significa rigor, transparência e foco em resultados. A Câmara não existe para se servir, mas para servir. E servir é ouvir, avaliar, decidir e executar com clareza.

A Iniciativa Liberal propõe uma nova forma de governar: mais leve, mais transparente e mais justa. Uma autarquia eficiente é aquela que corta privilégios inúteis, que reduz cargos de nomeação política, que aplica concursos transparentes para cargos dirigentes e que valoriza os técnicos competentes, criando um novo organograma e um quadro de pessoal adequado às reais necessidades do município. Hoje, existe uma clara desproporção entre áreas como a ação social e setores fundamentais como o urbanismo, as obras municipais, a educação, a saúde ou a mobilidade. Uma autarquia otimizada deve estar preparada para responder aos desafios do desenvolvimento económico e da melhoria da qualidade de vida no concelho.

Cada cidadão que precisa de uma licença, de uma informação ou de um apoio não pode esperar meses por uma resposta. É por isso que defendemos a implementação do **Balcão Digital** já adquirido pela Câmara, mas ainda por concluir, que permitirá submeter pedidos e processos, consultar a tramitação em tempo real, comunicar com os serviços e aceder a informação clara e vídeos de apoio. Uma Câmara disponível 24 horas por dia e em qualquer lugar do mundo.

Mas a eficiência não vive só de tecnologia: vive também de dados, mérito e responsabilidade. A gestão moderna deve assentar na recolha e análise de

informação concreta – económica, social, ambiental e de mobilidade – no âmbito do projeto **Smart Region** da CIM Oeste. Só assim será possível tomar decisões fundamentadas e abrir espaço a projetos de inteligência urbana desenvolvidos por entidades externas, investigadores ou estudantes, potenciando novas aplicações e soluções para o concelho.

Os funcionários municipais devem ser valorizados, não pelo tempo de serviço, mas pela produtividade, inovação e dedicação. É necessário romper com o imobilismo do SIADAP e criar mecanismos de avaliação que premiem quem faz bem e motive quem pode fazer melhor. Uma autarquia que se respeita cuida também do bem-estar dos seus trabalhadores, criando condições de saúde e equilíbrio para que possam servir melhor a comunidade.

Transparência significa dar contas claras e compreensíveis. Todas as despesas, contratos e apoios devem estar acessíveis em tempo real, mas também apresentados com regularidade e clareza. Assim, defendemos: a publicação trimestral do número de pedidos submetidos e despachados em todos os setores; a publicação trimestral da lista de apoios, protocolos e contratações; a disponibilização online de todos os protocolos celebrados; a revisão do modelo de atas das reuniões de Câmara, incluindo informação técnica e documentos de suporte; e a transmissão online de todas as reuniões públicas. Só esta transparência permite confiança e evita abusos.

Por fim, a eficiência traduz-se em responsabilidade orçamental. Uma autarquia não deve gastar acima das suas possibilidades, nem deve esconder os seus números em relatórios complexos e pouco claros. Queremos um município que pratique uma política de “desperdício zero”: cada euro poupado em burocracia ou má gestão é um euro investido em qualidade de vida, em cultura, em habitação, em educação.

Caldas da Rainha precisa de uma Câmara aberta como uma praça pública: transparente, participativa e próxima. A Iniciativa Liberal compromete-se a transformar a autarquia numa instituição ao serviço das pessoas, com rigor nas contas, mérito nas escolhas e proximidade nas decisões. Só assim poderemos construir um concelho verdadeiramente livre e próspero.

1.1. Em resumo

- > Redução de cargos de nomeação política e concursos baseados em mérito, com novo organograma e quadro de pessoal adequado.
- > Implementação do Balcão Digital, disponível 24h/dia em qualquer lugar.
- > Recolha e utilização de dados para decisões fundamentadas (Inteligência Urbana – Smart Region).
- > Avaliação de desempenho justa e valorização dos funcionários.
- > Publicação regular de pedidos, apoios e protocolos, atas mais completas e transmissão online das reuniões.
- > Gabinete de auditoria independente e Provedoria do Município.
- > Política de desperdício zero e responsabilidade orçamental.

2. SEGURANÇA E PROXIMIDADE

A segurança é a primeira condição da liberdade. Onde não há segurança, não há confiança, não há investimento, não há vida comunitária saudável. Uma cidade insegura retrai-se: as pessoas evitam sair, os comerciantes perdem clientes, os jovens procuram outros lugares para viver. Uma autarquia que não assume a segurança como prioridade abdica da sua responsabilidade mais básica: garantir que cada cidadão pode viver sem medo.

As Caldas da Rainha, apesar de serem uma cidade tranquila em muitos aspetos, enfrentam problemas que não podem ser ignorados. A criminalidade associada à exclusão social, a habitação clandestina onde se exploram imigrantes, a degradação de espaços públicos mal iluminados e o sentimento de insegurança em algumas zonas não se resolvem com discursos, resolvem-se com ação.

A Iniciativa Liberal defende uma política de segurança assente em três pilares: prevenção, proximidade e cooperação. A prevenção significa intervir antes de o problema explodir, com melhor ordenamento urbano, mais iluminação pública, espaços limpos e cuidados, presença constante de autoridades e combate às situações que alimentam a marginalidade. A proximidade traduz-se em polícias presentes no terreno, mas também numa autarquia que não fecha os olhos a sinais de risco. E a cooperação

exige que município, forças de segurança e sociedade civil trabalhem lado a lado.

Não acreditamos em soluções fáceis nem em slogans. Criar uma Polícia Municipal pode ser uma hipótese, mas só deve avançar se um estudo rigoroso demonstrar a sua utilidade e sustentabilidade. O que não podemos é continuar com a sensação de ausência de autoridade em certas zonas da cidade. Para isso, defendemos protocolos ativos com a PSP e a GNR, fornecendo meios logísticos, viaturas e equipamentos que aumentem a capacidade de resposta no terreno. Em paralelo, exigiremos ao Governo o reforço efetivo de efetivos policiais no concelho, porque os atuais são claramente insuficientes para as necessidades.

A segurança também se faz de urbanismo. Ruas escuras e mal sinalizadas são convites à insegurança. Por isso, propomos um plano de reforço da iluminação pública com tecnologia LED, bem como a criação de passeadeiras inteligentes, especialmente em zonas de maior risco.

Queremos bairros limpos, praças vivas, espaços onde as pessoas circulem com confiança.

Mas segurança não é apenas polícia e luzes acesas. É também combater o tráfico de seres humanos, desmontar esquemas de exploração laboral e pôr fim à habitação clandestina que desrespeita a dignidade humana. Uma cidade liberal é uma cidade onde todos são livres, e não há liberdade possível quando se vive explorado ou sem condições básicas de segurança.

A segurança deve ainda ser entendida como dinamismo social. Uma cidade viva, com comércio aberto, com cultura nas ruas, com vida noturna saudável e organizada, é uma cidade mais segura. A Iniciativa Liberal acredita que apoiar os comerciantes, criar incentivos para a vida noturna e valorizar o espaço público é também uma forma de prevenir a criminalidade.

Garantir a segurança é devolver a confiança. E a confiança é a base de uma cidade livre. Com a Iniciativa Liberal, Caldas da Rainha será uma cidade iluminada, viva, protegida e próxima dos cidadãos. Porque só onde há segurança pode haver verdadeira liberdade.

2.1. Em resumo

- > Segurança como condição essencial da liberdade e qualidade de vida.
- > Prevenção, proximidade e cooperação como pilares da política de segurança.
- > Criação de um corpo de polícia municipal.
- > Protocolos ativos com PSP e GNR e exigência de reforço de efetivos.
- > Plano de iluminação pública moderna e passadeiras inteligentes.
- > Combate à exploração laboral, tráfico humano e habitação clandestina.

3. HABITAÇÃO ACESSÍVEL E URBANISMO

INOVADOR

A crise da habitação é hoje uma das maiores ameaças ao desenvolvimento das comunidades locais. Sem casa não há famílias, sem famílias não há natalidade, sem natalidade não há futuro. Quando os preços disparam, quando os jovens são empurrados para fora dos centros

urbanos e quando o mercado fica preso a burocracias e a planos urbanísticos ultrapassados, o resultado é sempre o mesmo: cidades envelhecidas, economia estagnada e perda de vitalidade social.

Caldas da Rainha tem tudo para ser um território de acolhimento e inovação habitacional. Está próxima de Lisboa, tem ligações rodoviárias e ferroviárias, um ambiente urbano vibrante, escolas, cultura e, em breve, melhores serviços de saúde. É uma cidade com localização estratégica e condições únicas para atrair jovens casais, profissionais liberais, trabalhadores remotos e nómadas digitais. Mas para isso é preciso enfrentar o problema central: a falta de habitação acessível e diversificada.

A Iniciativa Liberal acredita que o papel do município não é substituir o mercado, mas sim libertá-lo. O Estado não deve ser construtor de casas em massa, mas sim criador de condições para que as famílias, os investidores e as associações possam oferecer soluções habitacionais. A construção pública direta deve ser reservada a situações excecionais, de necessidade comprovada. O que precisamos é de políticas municipais que removam barreiras, criem incentivos e permitam que a habitação acompanhe a evolução da sociedade.

O urbanismo que temos não pode ser o urbanismo que teremos. As regras rígidas, os modelos estáticos e a lentidão nos processos de licenciamento bloqueiam a capacidade de resposta do mercado.

Uma autarquia moderna deve assumir-se como facilitadora: prazos claros, digitalização completa, transparência nos processos e planeamento urbano assente em mobilidade, sustentabilidade e qualidade de vida.

Propomos a criação de um Balcão Único de Reabilitação Urbana, onde cidadãos e empresas encontrem respostas rápidas, apoio técnico e processos simplificados. A reabilitação do parque habitacional degradado é a forma mais eficaz de aumentar a oferta e valorizar o centro urbano. Em paralelo, defendemos a criação de um Banco Municipal de Terrenos e Imóveis Devolutos, capaz de mobilizar espaços abandonados para novos projetos de habitação acessível, seja em parceria com privados, cooperativas ou instituições sociais.

A política fiscal municipal deve ser um motor de transformação. Reduzir o IMI para quem reabilite e coloque imóveis no arrendamento acessível é uma forma concreta de estimular a oferta. O mesmo se aplica a incentivos temporários em taxas urbanísticas ou IMT para quem construa com critérios de sustentabilidade e preços controlados.

Mas inovar não é apenas reabilitar.

É também repensar a forma de viver. Precisamos de apoiar modelos de habitação partilhada para jovens, freelancers e trabalhadores remotos, soluções que já são comuns em várias cidades europeias. Defendemos também o apoio à auto-construção jovem em zonas rurais, associada a projetos de agricultura sustentável e economia circular, criando novas formas de fixação populacional.

A mobilidade é igualmente central.

De nada serve criar casas se os transportes forem um entrave. Por isso, propomos o reforço dos transportes intermunicipais e a modernização da Linha do Oeste, garantindo que viver nas Caldas é compatível com trabalhar em Lisboa ou em outras cidades. A habitação tem de estar ligada à mobilidade, ao emprego e à qualidade de vida.

Caldas da Rainha pode ser palco de um projeto-piloto de transformação habitacional: o Projeto Habitação 2030. Um laboratório vivo para testar soluções inovadoras, como casas compactas e sustentáveis, tipologias flexíveis adaptadas a diferentes fases da vida, novos modelos de bairro e integração de energias renováveis. Uma política habitacional moderna não é feita de mais do mesmo, mas de capacidade de pensar diferente.

A habitação é a âncora de todas as restantes políticas. Sem casa não há emprego fixo, não há educação de proximidade, não há coesão social nem segurança. Tudo começa na habitação. Por isso, a Iniciativa Liberal propõe para Caldas da Rainha uma política ousada, liberal e inovadora, capaz de atrair pessoas, valorizar território e preparar o futuro. Estar perto de Lisboa não basta. É preciso estar perto do futuro.

3.1. Em resumo

- > Plano Municipal de Habitação com soluções acessíveis para jovens e famílias.
- > Reabilitação de edifícios devolutos e Banco Municipal de Terrenos.
Incentivos fiscais para arrendamento acessível e construção sustentável.
- > Novos modelos de habitação: co-living, auto-construção jovem, nómadas digitais.
- > Projeto Habitação 2030 como laboratório vivo de inovação habitacional.

4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICA EDUCATIVA

A educação é o alicerce de todas as políticas públicas. Onde não há educação de qualidade, não há verdadeira liberdade; onde não há liberdade, não há futuro. A escola não é apenas um espaço onde se transmitem conhecimentos: é a base que prepara cidadãos autônomos, profissionais competentes e comunidades capazes de enfrentar os desafios do século XXI.

O concelho das Caldas da Rainha tem condições únicas para se afirmar como uma referência educativa. Dispõe de três agrupamentos escolares dinâmicos, escolas profissionais, ensino superior próximo e um ecossistema cultural vibrante. Mas este potencial continua a ser subaproveitado. Falta dar às escolas meios modernos, preparar os jovens para as transformações digitais e ambientais, e envolver toda a comunidade educativa numa estratégia clara e ambiciosa.

A Iniciativa Liberal defende que o papel do município não é substituir a escola, mas potenciá-la. Acreditamos na autonomia, na diversidade e na capacitação. Cabe ao município articular, apoiar e criar condições para que professores, alunos e famílias floresçam num ambiente de inovação e liberdade.

Modernizar a rede escolar significa requalificar edifícios envelhecidos, torná-los energeticamente eficientes e acessíveis, mas também criar espaços que preparem para o futuro: salas digitais, laboratórios de ciência, estúdios de artes e oficinas de robótica.

Uma escola moderna é sustentável, com hortas pedagógicas, gestão inteligente de resíduos e ligação direta à comunidade. É também cultural, trazendo museus, artistas e associações locais para dentro da sala de aula e levando os alunos a descobrir o património que os rodeia.

Educar para a vida é dar aos jovens ferramentas práticas. Defendemos a introdução de literacia financeira, digital, científica e ambiental no 4.º, 9.º e 12.º anos, para que os alunos saiam mais preparados para gerir dinheiro, compreender tecnologia, pensar criticamente e agir com responsabilidade ambiental. É igualmente essencial reforçar os apoios humanos nas escolas: psicólogos, mediadores e técnicos especializados que previnam o abandono escolar e apoiem famílias em dificuldades.

A escola não deve estar fechada sobre si própria. Propomos contratos locais de educação que unam autarquia, escolas, empresas e associações em compromissos concretos. A tutoria e a mentoria, com membros da comunidade a acompanhar jovens em risco, são instrumentos eficazes para criar laços e dar novas oportunidades. E acreditamos no voluntariado intergeracional, com seniores a apoiar bibliotecas vivas, estudo e partilha de saberes, numa relação em que todos ganham.

Educar é também dar futuro. O município deve apoiar os jovens através de um Plano Municipal da Juventude que contemple bolsas de mérito, estágios locais, prémios para projetos inovadores e centros juvenis criativos que juntem coworking, cultura e desporto. Queremos dar voz às novas gerações através de Assembleias Municipais Jovens, onde possam debater propostas e influenciar políticas de forma real.

A educação, no entanto, não termina na juventude. Numa sociedade em mudança, a aprendizagem deve ser permanente. Propomos programas municipais de formação para adultos em literacia digital, línguas e reconversão profissional. Defendemos ainda um programa de literacia básica para combater o analfabetismo que persiste em setores vulneráveis da população. E reforçaremos a Universidade Sénior, transformando-a num espaço de conhecimento, cultura e bem-estar.

Educar é também promover saúde e segurança. Defendemos a criação de um Gabinete Municipal de Mediação Escolar para prevenir conflitos e reforçar a disciplina positiva. Queremos refeições escolares mais saudáveis e programas eficazes de combate à obesidade infantil. Para garantir qualidade e transparência, cada refeição escolar deve obedecer a cadernos de encargos bem elaborados, assegurando padrões de qualidade, quantidade e valor nutricional ajustados a cada faixa etária. Além disso, o município deve realizar ações de fiscalização regulares e não anunciadas para verificar o cumprimento destes parâmetros, protegendo as crianças e garantindo que recebem uma alimentação equilibrada e adequada.

Por fim, é fundamental criar um Plano de Mobilidade Escolar Segura, com transportes acessíveis, ciclovias e percursos pedonais protegidos, para que as crianças possam chegar à escola com confiança e autonomia.

As Caldas da Rainha têm todas as condições para se tornar uma referência nacional em educação inovadora e inclusiva: um concelho onde se aprende com liberdade, se

investe no conhecimento e se cria valor através das pessoas. Mais do que um programa autárquico, esta é uma visão para a década: corajosa, moderna e centrada nas pessoas — nunca na burocracia.

4.1. Em resumo

- > Plano Educativo Municipal articulando escolas, ensino profissional e superior.
- > Modernização da rede escolar com salas digitais, laboratórios e sustentabilidade.
- > Melhoria na oferta de refeições escolares, com a realização de cadernos de encargos bem elaborados, garantindo a qualidade, quantidade e valor nutricional de cada refeição adequado a cada faixa etária, bem como a realização de ações regulares e não anunciadas para controlo destes parâmetros.
- > Introdução de literacias financeira, digital e ambiental nos ciclos-chave.
- > Reforço de psicólogos, mediadores e técnicos nas escolas.
- > Contratos locais de educação, voluntariado intergeracional e assembleia jovem.

5. SAÚDE E BEM-ESTAR

Sem saúde não há qualidade de vida.

E sem qualidade de vida não há liberdade nem futuro. O concelho das Caldas da Rainha tem profissionais de saúde dedicados, mas enfrenta os mesmos problemas que o país inteiro: falta de médicos de família, centros de saúde degradados, listas de espera intermináveis e um novo hospital do Oeste que tarda em sair do papel.

O município não substitui o Serviço Nacional de Saúde, mas tem um papel decisivo a desempenhar. Pode pressionar o Governo, pode ser parceiro ativo da Unidade Local de Saúde, pode criar programas municipais de prevenção, pode apoiar as famílias mais frágeis e pode investir em políticas de bem-estar que evitem que a doença se instale. A saúde não se limita às paredes dos hospitais — começa no planeamento urbano, na alimentação, na mobilidade, na vida comunitária.

A Iniciativa Liberal defende uma política municipal de saúde baseada em três eixos fundamentais: proximidade, inovação e prevenção. A proximidade significa garantir que cada pessoa tem acesso a cuidados médicos básicos, que os centros de saúde estão modernizados e que há respostas para todos. A inovação significa apoiar novos modelos de organização, como as Unidades de Saúde Familiar de tipo C, com autonomia de gestão e avaliação por resultados, capazes de oferecer melhores cuidados e maior eficiência. A prevenção significa investir em programas de saúde mental, atividade física, alimentação saudável e combate à solidão.

Uma prioridade incontornável é a construção do novo Hospital do Oeste, que deve nascer nas Caldas da Rainha. Não se trata de uma luta paroquial, mas de uma necessidade regional. O município tem de estar na linha da frente desta reivindicação, garantindo apoio logístico, cedência de terrenos e pressão política constante para que a promessa se concretize. Enquanto isso não acontece, é urgente requalificar os atuais centros de saúde, equipando-os com tecnologia moderna e criando melhores condições para os utentes e para os profissionais.

Outro eixo essencial é a saúde mental. O isolamento, a solidão, a ansiedade e a depressão afetam cada vez mais pessoas, de todas as idades. Defendemos

um Plano Municipal de Saúde Mental que una autarquia, escolas, associações e profissionais de saúde, criando redes de apoio psicológico acessíveis e campanhas de sensibilização que retirem o estigma associado a estes problemas.

A saúde também se constrói com prevenção ativa. Queremos uma Caldas em movimento, com ciclovias seguras, parques equipados, circuitos de fitness ao ar livre e programas regulares de atividade física para todas as idades. O desporto não é apenas competição: é saúde, é convívio, é bem-estar.

Por fim, o município pode e deve investir na literacia em saúde. Saber interpretar uma receita, compreender uma dieta, perceber a importância da vacinação ou reconhecer sinais de alerta precoce faz diferença na vida de qualquer família. Propomos programas municipais de literacia em saúde, em parceria com escolas, centros de saúde e associações, que empoderem os cidadãos e reduzam a dependência cega dos serviços médicos.

Uma cidade saudável é uma cidade livre. A Iniciativa Liberal quer fazer das Caldas da Rainha um exemplo de como o município pode ser parceiro ativo de um sistema de saúde moderno, próximo e humanizado. Porque a saúde não é apenas ausência de doença: é bem-estar, é confiança e é futuro.

5.1. Em resumo

- > Construção do novo Hospital do Oeste nas Caldas da Rainha, com apoio municipal em terrenos e logística.
- > Requalificação e modernização dos centros de saúde existentes. Plano Municipal de Saúde Mental com redes de apoio acessíveis e campanhas contra o estigma.
- > Mais desporto e prevenção: ciclovias, parques, circuitos de fitness e programas de atividade física.
- > Programas de literacia em saúde (receitas, dietas, vacinação, sinais de alerta).
- > Unidades de Saúde Familiar de tipo C, com autonomia de gestão e avaliação por resultados.

6. JUVENTUDE: FIXAR TALENTO E CRIAR FUTURO

Uma cidade que não consegue fixar os seus jovens está condenada a envelhecer e a perder vitalidade. O futuro das Caldas da Rainha depende da capacidade de reter talento, atrair novas gerações e dar-lhes condições para viver, trabalhar e participar ativamente na vida comunitária. Hoje, demasiados jovens partem em busca de oportunidades noutros concelhos ou no estrangeiro. Partem porque não encontram habitação acessível, porque os empregos que existem não correspondem às suas qualificações, porque não sentem que a sua voz tem peso nas decisões políticas locais.

A juventude não é um apêndice da política municipal, é o seu coração. Sem jovens, não há futuro demográfico, não há inovação económica, não há dinamismo cultural. É preciso inverter a lógica de décadas em que os jovens foram vistos como um público a entreter e não como cidadãos a capacitar.

A Iniciativa Liberal defende uma política de juventude baseada em três pilares: habitação acessível, oportunidades de inovação e participação real. Habitação, porque não basta estudar nas Caldas se depois não se consegue cá viver. É fundamental criar programas de arrendamento jovem, mobilizar imóveis devolutos e garantir soluções inovadoras de co-living e residências partilhadas, capazes de responder a uma geração que vive com mobilidade e flexibilidade.

Oportunidades de inovação, porque os jovens precisam de espaço para criar, arriscar e empreender. Defendemos a criação de incubadoras municipais, fablabs e espaços de coworking que permitam aos jovens lançar projetos, testar ideias e ligar-se a redes de investimento e conhecimento. A autarquia deve ser catalisadora, não proprietária: o seu papel é abrir portas, reduzir barreiras e criar condições para que o talento floresça.

E participação real, porque os jovens não podem ser apenas convidados ocasionais a “dar opinião”. Defendemos a criação de uma Assembleia Municipal Jovem, aberta e alargada, onde os estudantes e jovens profissionais possam apresentar propostas e debater soluções. Queremos também um Orçamento Participativo Jovem, onde parte dos recursos municipais seja canalizada para projetos

decididos diretamente pelos jovens. A democracia aprende-se praticando, e não há melhor escola de cidadania do que a responsabilidade de decidir.

A juventude deve ser também chamada a participar na vida cultural e desportiva do concelho. Os centros juvenis criativos que propomos não serão apenas salas de convívio, mas espaços onde se cruzam coworking, cultura, desporto e experimentação artística. Lugares de encontro e de energia, capazes de transformar a cidade num polo atrativo para quem está a começar a vida adulta.

Caldas da Rainha pode ser um exemplo nacional de como uma política liberal para a juventude não se limita a slogans, mas cria oportunidades concretas. Queremos que os jovens não tenham de escolher entre ficar e partir, porque ficar será a escolha natural. Uma cidade que valoriza os seus jovens é uma cidade que se prepara para o futuro. E o futuro das Caldas tem de ser jovem.

6.1. Em resumo

- > Programas de arrendamento jovem e soluções inovadoras de habitação partilhada.
- > Incubadoras, fablabs e coworking para apoiar o empreendedorismo jovem.
- > Assembleia Municipal Jovem e Orçamento Participativo Jovem.
- > Centros juvenis criativos com cultura, coworking e desporto.
- > Bolsas de mérito, estágios locais e prémios a projetos inovadores.

7. CULTURA: IDENTIDADE, INOVAÇÃO E ENVOLVIMENTO

A cultura é o que dá identidade a uma comunidade. É aquilo que distingue um território de todos os outros, que cria raízes e projeta futuro. Nas Caldas da Rainha, a cultura sempre foi um fator de singularidade: da herança termal ao legado artístico, do associativismo popular à criatividade contemporânea. Mas esta riqueza não tem sido acompanhada por uma visão estratégica capaz de consolidar as Caldas como um verdadeiro polo cultural. O problema não está na falta de talento ou de associações, mas na ausência de planeamento, de articulação e de critérios claros de apoio. Durante anos, a política cultural oscilou entre a improvisação e o favoritismo, criando desconfiança e fragmentação. Precisamos inverter esta lógica: a cultura não é um adereço, é um investimento estrutural.

A Iniciativa Liberal defende uma política cultural com três princípios fundamentais: **identidade**, para valorizar a história e o património; **inovação**, para apoiar a criação contemporânea; e **envolvimento**, para levar a cultura a todos e não apenas a alguns.

Valorizar a identidade significa cuidar do património termal, investir nos museus, apoiar a cerâmica como expressão maior da cidade e criar uma narrativa que una passado e presente. As Caldas são um concelho único pela densidade e diversidade de museus: o Museu José Malhoa, dedicado ao naturalismo português; o Museu da Cerâmica, que preserva e divulga a tradição cerâmica da cidade; o Museu do Hospital e das Caldas, que conta a história da fundação termal; o Museu Barata Feyo, com a sua coleção escultórica; o Espaço Concas, que celebra a arte contemporânea; ou o Museu Leopoldo de Almeida, referência no campo da escultura moderna. Esta rede museológica é uma das mais ricas do país e deve ser mais bem promovida, articulada e integrada numa estratégia cultural coesa, capaz de atrair visitantes e orgulhar os caldenses.

Mas não podemos esquecer que a cidade dispõe também de equipamentos culturais modernos e de grande escala, como o Centro Cultural e de Congressos (CCC), que tem potencial para ser uma plataforma de excelência na programação cultural, na captação de eventos nacionais e internacionais e na dinamização da

economia local. Contudo, o CCC permanece muitas vezes subaproveitado, sem ligação efetiva a uma estratégia cultural global que lhe permita desempenhar todo o seu papel de motor de atratividade e de inovação. Integrá-lo numa rede cultural articulada é essencial para que deixe de ser um espaço isolado e se torne verdadeiramente um ponto de encontro e de afirmação do concelho.

Neste sentido, defendemos um **novo modelo de gestão para o CCC, o Centro de Artes, os eventos municipais e os apoios culturais**, criando condições formais para o envolvimento de entidades públicas e privadas no desenvolvimento de uma política de criação cultural, dinamização de espaços e atribuição de apoios. O objetivo é potenciar a criatividade e o valor acrescentado das propostas culturais da cidade, tornando a programação mais diversa, sólida e atrativa.

Mas não basta preservar e valorizar: é preciso inovar. As Caldas têm de ser também um laboratório criativo, onde artistas locais encontram apoio para experimentar, arriscar e projetar-se para fora. A cultura é tanto um fator de identidade como um setor económico, capaz de gerar emprego, turismo e desenvolvimento. Defendemos, por isso, uma revisão e planeamento estratégico da rede cultural, com uma programação regular e articulada. Queremos concursos públicos transparentes para apoio às associações, com financiamento plurianual que lhes permita planear em vez de apenas sobreviver. O associativismo cultural deve ser apoiado pelo mérito dos projetos e pela sua relevância para a comunidade, e não por proximidade política.

A descentralização cultural é outra prioridade. A cultura não pode ficar concentrada na cidade, tem de chegar às freguesias, aos bairros, às aldeias. Propostas como ciclos de teatro itinerante, festivais de música descentralizados ou residências artísticas em espaços rurais são formas de levar a cultura a todos os cantos do concelho.

Também queremos apostar em residências artísticas, bolsas de criação e espaços de trabalho para jovens criadores. Uma cidade que investe na cultura contemporânea não só retém talento como se torna mais atrativa para visitantes e investidores. Da mesma forma, a criação de um Circuito Cultural e Criativo das Caldas permitirá ligar museus, galerias, associações e espaços alternativos numa rede coerente, capaz de afirmar o concelho como destino cultural.

A cultura deve ainda ser entendida como fator de coesão social. Projetos comunitários, arte pública, oficinas criativas em escolas e bairros podem ser

instrumentos poderosos de inclusão e participação. Uma cidade onde todos têm acesso à cultura é uma cidade mais justa e mais livre.

As Caldas da Rainha têm tudo para ser referência nacional em política cultural inovadora: identidade forte, uma rede museológica ímpar, talento criativo, equipamentos de excelência como o CCC e um ecossistema cultural vivo. Falta apenas liderança estratégica e critérios claros. É isso que a Iniciativa Liberal quer trazer: uma política cultural de longo prazo, transparente e ambiciosa, que faça da cultura não apenas um orgulho, mas também um motor de desenvolvimento.

7.1. Em resumo

- > Valorização da rede museológica única (Malhoa, Cerâmica, Hospital, Barata Feyo, Concas, Leopoldo de Almeida).
- > CCC integrado numa estratégia cultural global e articulada.
- > Novo modelo de gestão para o CCC, Centro de Artes, Eventos Municipais e Apoios Culturais, com envolvimento público-privado.
- > Apoio transparente e plurianual ao associativismo cultural.
- > Descentralização cultural para freguesias e bairros.
- > Residências artísticas, bolsas de criação e circuito cultural das Caldas.

8. AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL

O ambiente não é um tema secundário das políticas municipais. É a base da qualidade de vida, da saúde pública e da atratividade de um território. Uma cidade que respira ar limpo, que valoriza os seus espaços naturais e que aposta numa mobilidade sustentável é uma cidade que oferece dignidade aos seus cidadãos e que se prepara para as próximas gerações.

As Caldas da Rainha têm o privilégio de conjugar uma cidade dinâmica com um território natural rico e diverso. Entre esses tesouros estão a Lagoa de Óbidos e o Paúl de Tornada. A Lagoa de Óbidos, um dos ecossistemas mais importantes do país, sofre há anos com problemas de assoreamento, descargas poluentes e falta de gestão integrada. O município não pode limitar-se a esperar pelo Estado central: deve assumir uma voz ativa na defesa da lagoa, mobilizando recursos, projetos de investigação e parcerias para garantir a sua recuperação e preservação. O mesmo se aplica ao Paúl de Tornada, uma reserva natural de enorme valor ecológico e científico, que precisa de mais investimento em conservação, vigilância e valorização turística sustentável. Estes dois espaços são património ambiental e identitário das Caldas e devem ser tratados como tal.

Mas a política ambiental vai além da conservação dos ecossistemas. O concelho precisa de um Plano de Mobilidade Sustentável que ligue a cidade às freguesias com ciclovias seguras, transportes públicos eficientes e soluções inovadoras como minibus elétricos e sistemas de partilha. A mobilidade é um dos maiores desafios urbanos e ambientais do século XXI e as Caldas não podem ficar para trás. Reduzir a dependência do automóvel significa melhorar a qualidade do ar, diminuir custos para as famílias e tornar o espaço urbano mais humano.

A gestão de resíduos continua a ser um ponto crítico. O concelho deve alargar a recolha seletiva, reforçar a fiscalização de deposições ilegais e apostar seriamente na valorização dos biorresíduos. Uma autarquia moderna não pode tolerar lixeiras improvisadas nem falhar no serviço básico de recolha de lixo. Defendemos também campanhas municipais de sensibilização para reduzir o desperdício, especialmente junto das escolas e comunidades locais.

Outro tema cada vez mais urgente é o controlo do ruído urbano. Bairros residenciais afetados por bares, tráfego intenso, obras ou equipamentos industriais

sem fiscalização tornam-se insuportáveis para quem lá vive. O município deve assumir a regulação ativa do ruído, com medições regulares, planos de mitigação e equilíbrio entre dinamismo económico e qualidade de vida. O direito ao descanso e à tranquilidade é também um direito ambiental.

Mas talvez o maior desafio urbano do futuro imediato seja o das ondas de calor cada vez mais frequentes e intensas. O município deve preparar-se com políticas de renaturalização da cidade. Isso significa plantar mais árvores nas ruas, praças e bairros, criando corredores verdes e zonas de sombra que reduzam a temperatura ambiente e ofereçam conforto aos cidadãos. Uma cidade sem árvores é uma cidade hostil no verão. A aposta em arborização urbana é uma medida de saúde pública, de conforto climático e de justiça social, porque são sempre os mais vulneráveis que sofrem mais com o calor extremo.

Os espaços verdes urbanos devem ser tratados como património essencial. Mais árvores, parques cuidados, circuitos de lazer e zonas de sombra não são luxo, são necessidade. Uma cidade verde combate as ilhas de calor, melhora a saúde física e mental e aumenta a coesão social.

O ambiente liga-se também ao bem-estar animal. Uma comunidade que respeita os animais é uma comunidade mais humana. Defendemos políticas de controlo populacional ético, através da esterilização e não do abate, campanhas de adoção responsável e uma rede de apoio às associações de proteção animal, com financiamento transparente e cedência de instalações ou terrenos. A fiscalização contra maus-tratos deve ser reforçada, porque a indiferença perante o sofrimento animal é incompatível com uma sociedade livre e justa.

As Caldas da Rainha têm potencial para ser um concelho exemplar em sustentabilidade e bem-estar animal. Cuidar da Lagoa de Óbidos, valorizar o Paúl de Tornada, garantir mobilidade sustentável, controlar o ruído, plantar árvores para combater as ondas de calor e apoiar a proteção animal são compromissos que a Iniciativa Liberal assume. Porque cuidar do ambiente não é apenas proteger a natureza: é proteger as pessoas e preparar o futuro.

8.1. Em resumo

- > Defesa da Lagoa de Óbidos e valorização do Paúl de Tornada.
- > Plano de Mobilidade Sustentável com ciclovias, minibus elétricos e transportes eficientes.
- > Arborização urbana para combater ondas de calor e criar zonas de sombra.
- > Recolha seletiva alargada e combate a deposições ilegais de resíduos.
- > Controlo ativo do ruído urbano e apoio ético às associações de bem-estar animal.

9. IMIGRAÇÃO: INTEGRAÇÃO RESPONSÁVEL E COMBATE À ILEGALIDADE

As Caldas da Rainha são uma terra aberta, mas a abertura só faz sentido quando é acompanhada de regras claras e de respeito pela lei. A imigração pode ser uma oportunidade para reforçar a economia local e para enriquecer a vida cultural do concelho, mas nunca deve significar desigualdade no acesso a recursos, privilégios indevidos ou cedência perante a ilegalidade. A prioridade do município é garantir que todos os que aqui vivem — portugueses ou estrangeiros — cumprem os mesmos deveres, respeitam as mesmas regras e têm acesso justo às mesmas oportunidades.

A integração só funciona quando é feita de forma responsável. Isso implica que os imigrantes aprendam a língua portuguesa, compreendam os valores da democracia e participem na vida comunitária. Não se trata de um privilégio oferecido, mas de uma condição necessária para evitar guetos, exclusão social e tensões desnecessárias. O município deve apoiar a criação de programas de aprendizagem da língua e de cidadania, mas sempre enquadrados como um instrumento de capacitação e não como um benefício especial.

O trabalho é outro ponto essencial.

Muitos imigrantes desempenham funções em setores que necessitam de mão de obra, como a agricultura, a construção civil ou os serviços. O seu contributo pode ser positivo, mas apenas se for enquadrado em condições de legalidade e equidade. A exploração laboral, os contratos fictícios ou a ausência de direitos mínimos não só prejudicam os imigrantes envolvidos como também afetam os trabalhadores locais, distorcendo o mercado de trabalho. É dever da autarquia cooperar com as autoridades competentes para fiscalizar estas situações e impedir que existam empregadores a lucrar com a vulnerabilidade de quem chega. O princípio deve ser simples: para o mesmo trabalho, os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Na habitação, a realidade da clandestinidade e da sobrelotação não pode ser ignorada. Casas transformadas em dormitórios ilegais não apenas desrespeitam a dignidade de quem lá vive como também geram problemas de segurança, saúde

pública e desordem urbana. O município tem de assumir uma atitude firme de fiscalização, responsabilizando quem explora e colocando fim a estas situações. Em paralelo, deve promover soluções de habitação acessível e digna que sirvam todos os que vivem no concelho, sem distinções artificiais entre nacionais e estrangeiros.

A diversidade cultural que a imigração traz pode e deve ser valorizada. Festivais, gastronomia, música e tradições de diferentes origens enriquecem a vida da cidade, desde que enquadrados no respeito pelos valores fundamentais da sociedade de acolhimento.

A integração não significa perder identidade, mas sim partilhar o espaço público de forma respeitosa e construtiva.

A política da Iniciativa Liberal é clara: acolher quem vem para trabalhar, respeitar a lei e contribuir para a comunidade, mas combater com firmeza a exploração, a habitação clandestina e o tráfico de seres humanos. As Caldas da Rainha podem ser exemplo de integração responsável, onde a diversidade existe sem privilégio e onde a legalidade é igual para todos. Uma cidade justa não exclui pela origem, mas também não privilegia com base nela. O que conta é o contributo de cada um, feito com respeito pela comunidade que escolheu para viver.

9.1. Em resumo

- > Integração responsável com aprendizagem da língua e respeito pela lei.
- > Fiscalização da exploração laboral e habitação clandestina.
- > Mesmos direitos e deveres para nacionais e estrangeiros.
- > Valorização da diversidade cultural no respeito pelos valores locais.
- > Acolher quem contribui, combater quem explora vulnerabilidades.

10. TURISMO: ATRATIVIDADE E DINAMISMO ECONÓMICO

O turismo é uma das maiores forças de desenvolvimento económico e social do século XXI. Mais do que visitantes ocasionais, o turismo traz rendimento para hotéis, restaurantes, comércio e serviços, cria emprego, dinamiza a cultura e reforça a identidade de um território. As Caldas da Rainha, pela sua localização estratégica, pelo património único que possui e pela sua história termal, poderiam estar na linha da frente como destino turístico nacional e internacional. Mas ficaram para trás, vítimas de promessas adiadas e de uma falta de estratégia clara.

O exemplo mais evidente desta estagnação é o Hospital Termal, o mais antigo do mundo em funcionamento contínuo até ao seu encerramento, fundado pela Rainha D. Leonor. Este deveria ser o grande emblema da cidade, comparável a referências internacionais como Bath, em Inglaterra, Baden-Baden, na Alemanha, ou Vichy, em França. Em Portugal, bastaria olhar para São Pedro do Sul, que conseguiu afirmar-se como destino de termalismo moderno e competitivo. As Caldas, que tinham todas as condições para liderar este setor, perderam protagonismo. O termalismo turístico nunca foi verdadeiramente desenvolvido e a vertente de saúde e bem-estar, que poderia ser a marca internacional da cidade, foi relegada para segundo plano.

A situação agrava-se com o atraso na transformação dos Pavilhões do Parque em hotel, uma obra há muito anunciada e nunca concretizada. O tempo passa, as oportunidades perdem-se e a cidade continua sem uma unidade hoteleira de referência que complemente a oferta termal e cultural. Este atraso compromete a capacidade de captar turistas de maior poder de compra, prolongar estadias e transformar as Caldas num verdadeiro polo de turismo de saúde e lazer.

As Caldas da Rainha têm, no entanto, um potencial imenso por explorar. O concelho pode afirmar-se como destino integrado de termalismo, cultura, natureza e mar. Para isso, é necessário criar um produto turístico claro: programas de saúde e bem-estar ligados ao Hospital Termal, hotéis e spas de qualidade, eventos regulares no Centro Cultural e de Congressos, visitas guiadas ao património histórico, percursos pedonais e de bicicleta que liguem a cidade ao campo, ao mar e à Lagoa de Óbidos.

O turismo balnear é também um ativo central. A praia da Foz do Arelho, com a sua ligação única à Lagoa de Óbidos, é um dos espaços costeiros mais singulares do país, combinando a tranquilidade da lagoa com a energia do mar. É uma praia ideal para famílias, para a prática de desportos náuticos e para o contacto direto com a natureza, mas continua sem uma estratégia de promoção internacional que a coloque no mapa turístico europeu. É urgente a requalificação da frente Lagunar da Foz Arelho e Nadadouro criando um corredor efetivo entre a Praia Mar e o Cais Palafítico. Já a praia de Salir do Porto, com a sua imponente duna e a baía tranquila, é um tesouro que permanece relativamente escondido, quando poderia ser promovida como destino de excelência para turismo de natureza e lazer em família. A valorização destas praias, com melhor ordenamento, promoção cuidada e integração em roteiros turísticos, é fundamental para que as Caldas afirmem a sua vertente costeira e diversifiquem a oferta.

A revitalização do centro histórico é outra prioridade. Uma cidade com comércio tradicional, esplanadas vivas, ruas pedonais e uma oferta gastronómica rica é mais atrativa para turistas e mais agradável para quem cá vive. O turismo sustentável deve integrar igualmente a natureza: o Paúl de Tornada e a Lagoa de Óbidos, se bem promovidos, podem ser polos de turismo ecológico, com observação de aves, passeios de barco, desportos suaves e programas educativos.

O património museológico e artístico das Caldas é outro trunfo subvalorizado. Pólos como o Museu José Malhoa, o Museu da Cerâmica, o Museu do Hospital e das Caldas, o Espaço Concas ou o Museu Barata Feyo formam uma rede ímpar no país, que poderia ser integrada num circuito turístico de referência. Esta densidade cultural, associada ao legado termal, daria às Caldas uma marca diferenciadora no mapa turístico nacional.

Mas a identidade turística do concelho não se esgota na cidade. As freguesias rurais das Caldas da Rainha possuem um património paisagístico e cultural de grande valor, que precisa de ser promovido como parte integrante da oferta. O moinho das Boísias, é um exemplo de como os engenhos tradicionais podem ser valorizados como destino de visita e de pedagogia cultural. A aldeia de Almofala, com o seu enquadramento histórico e paisagístico, representa outro polo com enorme potencial para o turismo rural e patrimonial. E a estes exemplos somam-se muitos outros: capelas, miradouros, caminhos agrícolas e tradições que podem e devem ser transformados em experiências autênticas para quem visita. Ao valorizar o turismo

rural e o património das freguesias, o concelho ganha diversidade, combate a desertificação e gera novas oportunidades económicas fora do centro urbano.

O que falta não são recursos, mas visão estratégica. Enquanto outras cidades transformaram o seu património em motores de desenvolvimento, as Caldas deixaram-se paralisar. É urgente criar uma narrativa turística forte, promover a marca “Caldas da Rainha” a nível nacional e internacional e recuperar o tempo perdido no termalismo.

Com uma política liberal, assente em parcerias inteligentes, promoção profissional e valorização do património, as Caldas da Rainha podem finalmente assumir-se como destino turístico de excelência. O Hospital Termal deve voltar a ser o coração da cidade, os Pavilhões do Parque devem ganhar vida, a Foz do Arelho e Salir do Porto devem ser promovidas como referências balneares, o património das freguesias rurais deve ser integrado na promoção turística global, e a identidade termal deve ser transformada num produto turístico de referência. Só assim será possível colocar as Caldas no lugar que merece: entre os grandes destinos de turismo de saúde, bem-estar, cultura e natureza da Europa.

10.1. Em resumo

- > Requalificação do Hospital Termal como emblema central e comparável a destinos internacionais.
- > Transformação dos Pavilhões do Parque em hotel de referência para complementar a oferta termal e cultural.
- > Valorização das praias da Foz do Arelho e de Salir do Porto como destinos balneares de excelência.
- > Revitalização do centro histórico com comércio, gastronomia e vida urbana atrativa.
- > Promoção do Paúl de Tornada e da Lagoa de Óbidos como polos de turismo ecológico.
- > Integração da rede museológica e artística num circuito turístico coeso.
- > Valorização do património paisagístico e cultural das freguesias rurais (ex.: Moinho das Boísias, Almofala e outros).
- > Criação de uma narrativa turística forte e promoção da marca “Caldas da Rainha” a nível nacional e internacional.
- > Requalificação urgente da frente Lagunar da Foz Arelho e Nadadouro criando um corredor efetivo entre a Praia Mar e o Cais Palafítico

11. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL:

CLAREZA E PROXIMIDADE

Uma democracia saudável exige transparência, clareza e proximidade. A comunicação institucional de uma autarquia não pode ser confundida com propaganda partidária, nem pode servir como veículo de promoção pessoal de quem governa. Deve ser, acima de tudo, um serviço público de informação, que respeita os cidadãos e garante o seu direito a estar informados de forma rigorosa, objetiva e acessível.

Nas Caldas da Rainha, durante demasiado tempo, a comunicação municipal foi usada de forma desequilibrada, mais preocupada em criar uma imagem positiva do executivo do que em prestar contas ou em fornecer informação útil. É este ciclo que a Iniciativa Liberal quer quebrar. Uma comunicação séria não é aquela que esconde os problemas, mas a que os assume, explica e debate com os cidadãos. Uma autarquia moderna deve comunicar em várias frentes, mas sempre com um princípio de base: clareza. Os munícipes têm de poder aceder facilmente a informações sobre orçamentos, prazos de obras, decisões políticas e oportunidades de participação. Isso implica um portal digital moderno e transparente, onde todos os documentos relevantes sejam disponibilizados em tempo real, mas também canais de comunicação presenciais para aqueles que não têm acesso ou competências digitais.

A proximidade exige mais do que tecnologia: exige diálogo. O município deve organizar sessões públicas regulares, prestar contas diretamente às populações das freguesias e responder de forma célere às solicitações que chegam. A comunicação deve ser de duas vias:

Informar, mas também ouvir.

Os meios digitais são hoje indispensáveis, mas precisam de ser usados com critério. Redes sociais institucionais não devem servir para a autopromoção do presidente da câmara, mas para fornecer informação útil sobre serviços, mobilidade, cultura, educação ou saúde. Da mesma forma, os meios tradicionais de comunicação local devem ser respeitados e valorizados, com briefings regulares e relações institucionais equilibradas, sem favoritismos.

A transparência deve chegar a todos os órgãos de poder local. Tal como a Assembleia Municipal já transmite as suas sessões, também as juntas de freguesia devem ter meios ao seu dispor para transmitir as assembleias de freguesia, se assim o entenderem.

O município deve apoiar logisticamente e financeiramente essa possibilidade, porque aproximar as decisões dos cidadãos é aproximar a democracia das pessoas.

A clareza da comunicação institucional é também uma questão de justiça. Quando a informação é opaca, cresce a desconfiança, espalham-se rumores e instala-se a percepção de que a política é feita de truques e de segredos. Quando a informação é clara, rigorosa e acessível, cresce a confiança e fortalece-se a cidadania.

As Caldas da Rainha precisam de uma comunicação institucional que seja espelho de uma nova forma de governar:

Transparente, responsável e próxima.

Uma comunicação que não adormeça os cidadãos, mas que os mobilize; que não maquille a realidade, mas que a esclareça; que não pertença a um partido, mas à comunidade. Só assim será possível restaurar a confiança e aproximar a política da vida real.

11.1. Em resumo

- > Comunicação institucional como serviço público, não propaganda.
- > Portal digital transparente com documentos acessíveis em tempo real.
- > Sessões públicas regulares e resposta célere às populações.
- > Redes sociais institucionais focadas em informação útil.
- > Transmissão das Assembleias de Freguesia com apoio logístico municipal.

12. DESPORTO: SAÚDE, IDENTIDADE E

FUTURO

O desporto é mais do que competição. É saúde, é educação, é inclusão social e é também economia. Uma cidade que aposta no desporto é uma cidade mais ativa, mais saudável e mais coesa. O concelho das Caldas da Rainha tem tradição desportiva, clubes centenários, atletas de alto rendimento e associações que, apesar das dificuldades, continuam a formar jovens e a promover estilos de vida saudáveis. No entanto, esta riqueza não tem sido aproveitada com a ambição e o planeamento que merecia.

O concelho dispõe de infraestruturas relevantes, como o Centro de Alto Rendimento de Badminton, que poderia ser um polo de referência internacional, atraindo atletas e eventos de todo o mundo. Mas falta visão estratégica para transformar este e outros equipamentos em motores de dinamização económica e social. Muitas associações vivem em precariedade, dependentes de subsídios pouco transparentes, distribuídos sem critérios claros. E muitas modalidades, que poderiam ser incentivadas, permanecem invisíveis na paisagem desportiva local.

O futebol, sendo a modalidade mais popular, merece destaque particular. O Campo Luís Duarte é manifestamente insuficiente para responder às necessidades atuais dos clubes e, sobretudo, da formação de jovens atletas. Centenas de crianças e adolescentes praticam futebol nas Caldas da Rainha em condições de sobrecarga, sem espaços adequados para treinar e competir. É urgente criar novos campos e infraestruturas de apoio que deem resposta à procura, garantindo que as camadas jovens têm condições dignas e seguras para praticar.

Mas o desporto não se esgota no futebol. Modalidades como o basquetebol, o voleibol, o andebol, a ginástica, as artes marciais ou o ténis de mesa precisam também de espaço, visibilidade e condições. E a verdade é que muitos dos equipamentos existentes não correspondem às exigências atuais. O Pavilhão da Mata e o Pavilhão Rainha Dona Leonor, usados por centenas de atletas em diversas modalidades, encontram-se obsoletos, com carências estruturais e funcionais que limitam o desenvolvimento desportivo. É urgente investir na sua requalificação ou substituição, garantindo que estas modalidades dispõem de condições adequadas

para treinar, competir e crescer. Sem essa aposta, as Caldas continuarão a ser vistas como um concelho que valoriza apenas o futebol, deixando de lado outras áreas fundamentais do desporto.

O apoio às associações e clubes deve ser feito com base em regulamentos claros, transparentes e plurianuais, que permitam às coletividades planear em vez de sobreviver ano após ano. É preciso valorizar o papel formativo e comunitário das associações, garantindo que cada euro investido tem retorno em inclusão social, educação e saúde pública.

É neste contexto que a Iniciativa Liberal defende uma medida inovadora: a criação de um Cartão Municipal de Associado, válido para todos os clubes e associações que recebem apoios da Câmara. Este cartão garantiria que qualquer munícipe, independentemente da sua condição económica, pudesse participar e integrar diferentes modalidades, usufruindo de descontos ou até de gratuidade em atividades básicas. Em contrapartida, os clubes e associações apoiados teriam a obrigação de abrir as suas portas à comunidade e de promover atividade física nas escolas, aproximando-se dos jovens desde cedo e criando hábitos saudáveis para a vida. Este modelo assegura justiça no uso dos apoios públicos e, ao mesmo tempo, amplia o acesso ao desporto para toda a população.

O desporto é também um fator de integração. Jovens de diferentes origens encontram nos clubes um espaço de pertença e de disciplina. Pessoas com deficiência podem, através do desporto adaptado, ganhar autoestima e qualidade de vida. Seniores podem combater a solidão e o sedentarismo com programas de atividade física pensados para a sua faixa etária. O desporto une, educa e integra. Finalmente, o desporto é também economia. Grandes eventos desportivos geram turismo, encham hotéis, dinamizam restaurantes e promovem a cidade. As Caldas têm condições para organizar competições nacionais e internacionais em várias modalidades, aproveitando o seu posicionamento geográfico e as infraestruturas existentes. Mas para isso é preciso promoção profissional, planeamento e capacidade de articulação com federações e associações.

As Caldas da Rainha podem ser reconhecidas como uma cidade de desporto, não apenas pela sua história, mas pela forma como integram o desporto na vida diária dos cidadãos. Do atleta olímpico ao praticante amador, do jovem ao sénior, todos devem sentir que a cidade lhes oferece condições para praticar, competir e crescer. Porque o desporto não é apenas jogo: é saúde, é identidade e é futuro.

12.1. Em resumo

- > Requalificação urgente do Campo Luís Duarte para formação desportiva.
- > Investimento nos Pavilhões da Mata e Rainha Dona Leonor.
- > Cartão Municipal de Associado para acesso democrático ao desporto.
- > Apoio transparente e plurianual a clubes e associações.
- > Atração de grandes eventos desportivos e promoção do desporto adaptado.

13. ECONOMIA E EMPREGO LOCAL

Uma cidade só é verdadeiramente livre quando oferece oportunidades de trabalho, empreendedorismo e prosperidade. O desenvolvimento económico não se decreta em slogans, constrói-se no terreno com políticas que criam condições para o investimento, que apoiam quem arrisca e que valorizam quem gera riqueza e emprego. Nas Caldas da Rainha, o potencial existe, mas tem sido desperdiçado por falta de visão estratégica, excesso de burocracia e incapacidade de criar um ecossistema económico dinâmico.

O comércio tradicional, que durante décadas foi o coração da cidade, enfrenta hoje dificuldades enormes perante a concorrência das grandes superfícies e do comércio online. Lojas encerradas, ruas menos vivas e negócios familiares a lutar pela sobrevivência são um retrato claro de um setor que precisa de apoio e reinvenção. O município deve assumir um papel ativo, não para substituir os comerciantes, mas para lhes dar condições: redução de taxas municipais, dinamização do centro histórico com eventos regulares, promoção do turismo de compras associado ao património cultural e facilitação de processos de licenciamento e renovação. Uma cidade com comércio vivo é uma cidade mais segura, mais atrativa e mais coesa.

Mas a economia das Caldas não se esgota no comércio. O concelho tem condições para se afirmar como um polo de inovação e de criatividade. A proximidade a Lisboa e a existência de ensino superior na região podem atrair empresas de base tecnológica, trabalhadores remotos e nómadas digitais, desde que exista uma estratégia clara para captar este talento. É essencial criar espaços de coworking, incubadoras de empresas e fablabs municipais, onde novas ideias possam nascer e crescer. O município deve promover parcerias com universidades e centros de investigação, criando um ambiente favorável à instalação de startups e de indústrias criativas.

Neste âmbito, propomos a criação do **CHIC – Caldas Hub para a Inovação e Criatividade**, um espaço que potencie programas de apoio ao estudo, desenvolvimento de startups e incubação de empresas, envolvendo os diferentes atores públicos e privados, em especial as instituições de ensino. O objetivo é captar investimento, capacitar estruturas já existentes e gerar uma nova dinâmica territorial

assente no desenvolvimento das indústrias criativas e na procura de soluções inovadoras para os principais setores de atividade económica do concelho.

Propomos também a criação do **Conselho Económico Municipal**, um órgão consultivo onde as principais empresas, instituições, forças políticas e até entidades nacionais possam participar na definição de políticas de desenvolvimento económico. Este conselho permitirá garantir visão global, adequação local, estabilidade e compromisso político no desenho das estratégias que orientam o futuro das Caldas.

A agricultura e o mundo rural são também parte da economia local, mas os espaços de ligação entre produtores e consumidores estão longe do seu potencial. A icónica Praça da Fruta, que é um símbolo da identidade caldense, precisa de ser revalorizada, modernizada e promovida como espaço central da economia de proximidade. O Mercado Abastecedor “Mercal”, que deveria desempenhar um papel estruturante, não corresponde à definição de um verdadeiro mercado abastecedor: realiza-se ao ar livre, sem controlo de acessos eficiente e sem condições que garantam escala e profissionalismo. O Mercado do Peixe, outrora um ponto de referência, está em decadência, sem condições adequadas e com perda progressiva de relevância. Já a Feira Semanal, que poderia ser um motor de dinamização económica e social, não evoluiu e caminha para uma morte lenta e anunciada, vítima de estagnação e falta de visão. Reverter esta tendência é essencial: apoiar quem trabalha a terra e quem produz localmente é também apoiar a identidade das Caldas e a sua economia de proximidade.

Outro desafio central é a atração e fixação de empresas. Durante anos, as Caldas foram um centro industrial relevante, mas perderam competitividade. O município tem de recuperar essa capacidade, oferecendo zonas industriais modernas, bem servidas de infraestruturas e transportes, com processos de licenciamento rápidos e previsíveis. Não podemos perder empresas por causa da burocracia. É também essencial promover incentivos fiscais municipais temporários para empresas que invistam em inovação, sustentabilidade e criação de emprego qualificado.

A ligação entre economia e educação é outro ponto essencial. As escolas e centros de formação devem estar articulados com as necessidades do mercado de trabalho, criando cursos técnicos ajustados à realidade empresarial da região. Orientação vocacional, estágios locais e programas de empreendedorismo para jovens são instrumentos decisivos para fixar talento e combater a emigração de mão de obra qualificada.

O emprego não se promove apenas com políticas assistenciais, mas criando condições para que a economia cresça de forma sustentável. Uma cidade com empresas competitivas, comércio vivo, turismo atrativo e inovação tecnológica é uma cidade que gera emprego de qualidade. E cada posto de trabalho criado é uma família com mais estabilidade, mais liberdade e mais futuro.

As Caldas da Rainha precisam de um novo paradigma económico. Menos burocracia e mais inovação. Menos dependência de subsídios e mais apoio a quem cria riqueza. Menos improvisado e mais estratégia de longo prazo. É essa visão que a Iniciativa Liberal defende: transformar as Caldas numa cidade de oportunidades, aberta ao mundo, mas fiel às suas raízes.

13.1. Em resumo

- > Revalorização da Praça da Fruta, Mercal, Mercado do Peixe e Feira Semanal.
- > Zonas industriais modernas com licenciamento rápido.
- > Incentivos fiscais para empresas inovadoras e sustentáveis.
- > Apoio ao comércio tradicional com dinamização do centro histórico.
- > Promoção de startups, coworking e indústrias criativas.
- > Criação do CHIC – Caldas Hub para a Inovação e Criatividade.
- > Criação do Conselho Económico Municipal.

14. MOBILIDADE E TRANSPORTES

A mobilidade é um dos maiores desafios das cidades modernas. Não se trata apenas de deslocar pessoas de um ponto a outro: trata-se de garantir acesso a serviços, emprego, educação, saúde e lazer. Uma mobilidade eficiente é também uma política social, porque quem não tem transporte acessível fica excluído da vida económica e comunitária.

Nas Caldas da Rainha, o centro desta discussão chama-se TOMA, o sistema de transportes urbanos da cidade. Criado para servir a população, acabou por se tornar um serviço desajustado, com percursos pouco práticos, horários que não respondem às necessidades reais e uma imagem de pouca fiabilidade. Muitos cidadãos simplesmente não o utilizam porque não sentem que seja uma alternativa viável ao automóvel. Um sistema de transportes que não serve os seus utentes deixa de ser público e transforma-se em despesa sem retorno.

O TOMA precisa de uma verdadeira revolução. Não pode continuar a servir apenas parte do centro urbano: deve ser alargado a locais essenciais para a vida dos munícipes e para a economia do concelho. As linhas devem chegar à Lagoa Parceira, ao Coto, a Tornada, onde existe um centro de saúde que recebe diariamente utentes da cidade, e, de forma inadiável, à Zona Industrial, para servir trabalhadores e empresas. É incompreensível que, durante tantos anos, o transporte municipal tenha ignorado zonas que concentram tanta vida e tanta atividade.

Um TOMA renovado deve ter linhas redesenhadas de acordo com a procura real, horários alargados e previsíveis, e modernização tecnológica que permita aos passageiros acompanhar em tempo real os autocarros através de aplicações móveis. Deve ligar eficazmente o centro da cidade aos bairros periféricos, às freguesias urbanas e aos principais equipamentos públicos, como escolas, hospital, centro de saúde, zonas comerciais e desportivas.

Mas a mobilidade não se resume ao transporte urbano. É necessário articular o TOMA com a rede de transportes intermunicipais e com a Linha do Oeste, cuja modernização é fundamental para tornar viável a ligação diária a Lisboa, Leiria ou Coimbra. Um concelho bem servido de comboios e autocarros é mais atrativo para famílias e empresas, porque reduz a dependência do automóvel e melhora a qualidade de vida.

A mobilidade sustentável exige também planeamento estratégico e infraestruturas adequadas. A revisão e aplicação do **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável** deve orientar todas as políticas do setor, garantindo coerência e visão de longo prazo. As ciclovias e os percursos pedonais seguros têm de deixar de ser projetos marginais e passar a ser parte integrante do planeamento urbano. Nas Caldas, falta criar uma rede coerente de ciclovias que ligue escolas, zonas desportivas, parques e bairros residenciais, e falta garantir passeios contínuos e seguros para quem anda a pé. Mobilidade sustentável é também acessibilidade: ruas sem barreiras arquitetónicas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, porque uma cidade só é verdadeiramente inclusiva quando todos se conseguem deslocar livremente.

A política de estacionamento deve ser pensada em equilíbrio. Não se trata de penalizar o automóvel, mas de organizar o espaço público de forma justa e funcional. A criação de **bolsas de estacionamento urbano**, em paralelo com a revisão da rede TOMA, é fundamental para reduzir o número de veículos no centro da cidade e tornar a mobilidade mais eficiente. É igualmente necessária a **revisão do sistema de estacionamento de rua urbano**, para que seja mais justo e adaptado às necessidades de residentes, comércio e visitantes. Mais estacionamento periférico, com ligação eficiente por TOMA ou outros meios, pode reduzir a pressão no centro histórico e torná-lo mais agradável para pedestres, comércio e turismo.

A mobilidade é também uma questão ambiental e educativa. Menos carros significa menos poluição e menos ruído. Autocarros modernos, preferencialmente elétricos ou híbridos, devem substituir gradualmente a frota atual, tornando o TOMA não apenas mais eficiente, mas também mais sustentável. Ao mesmo tempo, deve ser criado um **programa de incentivo à mobilidade suave em idade escolar**, promovendo hábitos de deslocação saudável desde cedo. Para as áreas do concelho menos abrangidas por transportes públicos, deve ser estruturado um **sistema de transporte flexível**, capaz de dar resposta a populações que hoje vivem em isolamento em termos de mobilidade.

As Caldas da Rainha precisam de um novo paradigma de mobilidade. Um TOMA renovado, expandido e competitivo, integrado com o comboio e os transportes intermunicipais, ciclovias funcionais, passeios seguros, transportes acessíveis para todos e um estacionamento urbano equilibrado. Só assim será possível transformar a mobilidade de um problema crónico numa solução que valoriza a cidade, melhora a qualidade de vida e cria condições para o futuro.

14.1. Em resumo

- > Revolução no TOMA: redesenho de linhas, horários alargados e app móvel.
- > Extensão a Lagoa Parceira, Coto, Tornada e Zona Industrial.
- > Articulação com Linha do Oeste e transportes intermunicipais.
- > Revisão e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.
- > Rede de ciclovias e passeios seguros e acessíveis.
- > Criação de bolsas de estacionamento urbano.
- > Revisão do sistema de estacionamento de rua urbano.
- > Programa de incentivo à mobilidade suave em idade escolar.
- > Estruturação de transporte flexível para zonas menos servidas.

15. AÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO

A ação social nas Caldas da Rainha é hoje uma das áreas em que o município mais investiu em recursos humanos. Nunca como agora existiram tantos técnicos, assistentes e profissionais dedicados a este setor, mas a verdade é que esse reforço não se traduziu numa perceção clara de maior eficácia, proximidade ou inovação. Em demasiados casos, a resposta social continua a ser vivida pelos cidadãos como distante e burocrática, com mais relatórios do que soluções, mais estruturas do que resultados. O que falta não são pessoas, mas sim visão estratégica.

Uma política social moderna deve assentar na proximidade, na capacitação e na articulação. A proximidade significa que os serviços têm de estar onde vivem as pessoas, em vez de se concentrarem apenas em gabinetes municipais. A capacitação implica que o objetivo da ação social não seja perpetuar dependências, mas sim devolver autonomia e dignidade. A articulação exige que o município trabalhe em rede com as IPSS, as juntas de freguesia, as escolas, as forças de segurança, as associações de moradores e as redes de voluntariado, evitando duplicações e dispersão de recursos.

Os problemas sociais das Caldas são conhecidos há demasiado tempo: idosos em solidão, famílias sem habitação digna, crianças em risco de pobreza, pessoas com deficiência sem respostas adequadas, imigrantes em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência muitas vezes invisíveis. Há ainda bairros onde a exclusão se transmite de geração em geração, num ciclo que a política assistencialista tem sido incapaz de quebrar.

Para enfrentar estes desafios não chegam respostas avulsas, nem uma máquina que se limita a crescer sem direção. É preciso uma estratégia integrada, um verdadeiro Plano Municipal de Desenvolvimento Social, construído em diálogo com todos os parceiros e com metas claras que possam ser acompanhadas e avaliadas.

Esse plano deve permitir que os idosos não fiquem condenados ao isolamento, que as crianças tenham oportunidades iguais de aprender e crescer, que os jovens encontrem alternativas ao abandono e ao desânimo, que as pessoas com deficiência sejam plenamente incluídas na vida comunitária e que os imigrantes possam participar em igualdade de direitos e deveres. Deve também garantir proteção às

vítimas de violência, não apenas através da resposta imediata, mas de um acompanhamento consistente que as ajude a reconstruir a vida.

Mais do que criar novas estruturas, o município deve liderar um processo de coordenação e monitorização. É necessário avaliar regularmente o impacto das medidas, perceber o que resulta e o que falha, corrigir em tempo útil e dar transparência ao uso dos recursos. O que interessa não é quantas pessoas trabalham nos serviços sociais, mas quantas vidas mudam verdadeiramente graças à ação social.

As Caldas da Rainha precisam de uma política de inclusão que olhe para cada cidadão como protagonista do seu futuro, e não como dependente perpétuo de apoios. A ação social não pode ser um sistema de manutenção da pobreza; tem de ser um instrumento de libertação. Uma comunidade livre e justa constrói-se quando a solidariedade não paralisa, mas emancipa, e quando os recursos públicos não alimentam burocracias, mas devolvem dignidade às pessoas.

15.1. Em resumo

- > Plano Municipal de Desenvolvimento Social articulando IPSS, escolas e freguesias.
- > Foco na proximidade, capacitação e dignidade das famílias.
- > Combate à exclusão social nos bairros mais vulneráveis.
- > Respostas específicas para idosos, crianças em risco, deficientes e vítimas de violência.
- > Ação social como libertação, não como perpetuação da dependência.

CALDAS

COM INICIATIVA

AUTÁRQUICAS
2025

 **iniciativa
liberal**